

Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil

❧ uma parceria para a mudança social

The Ford Foundation's 40 Years in Brazil

❧ a partnership for social change



FORD FOUNDATION



Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil

❧ uma parceria para a mudança social

The Ford Foundation's 40 Years in Brazil

❧ a partnership for social change



FORD FOUNDATION



Nigel Brooke
Mary Witoshynsky
(organizadores)

doméstica. Foi mantida a assistência jurídica a grupos vulneráveis, como moradores em áreas de periferia e em favelas. Foi ampliada a lista de grupos vulneráveis, continuou-se a documentar as condições de vida do negro, da mulher e do índio e acrescentou-se à lista a criança abandonada. Mesmo os programas da área de saúde têm um forte componente de direitos humanos. Esses programas visam informar as mulheres sobre seus direitos, documentar a presença da violência contra a mulher, seja ela doméstica ou não, entender a gravidez precoce e os processos de esterilização.

Os Donatários e seus Projetos

A Tabela 5 identifica os principais donatários e o total de doações que cada um recebeu. Além de revelar a maior ou menor possibilidade dos grupos de obterem apoio da Fundação para seus projetos – o que depende da sua capacidade de mobilização e do impacto de seus resultados no público em geral e nas autoridades públicas em particular – a tabela identifica a rede de instituições que se constituiu ao longo do período.

Tabela 5. LISTA DOS DONATÁRIOS DO PROGRAMA DIREITOS HUMANOS DO ESCRITÓRIO DO BRASIL CONTEMPLADOS COM DOAÇÕES SUPERIORES A 100 000 DÓLARES (em valores de 2001), 1966-2001

<i>Período</i>	<i>Donatário</i>	<i>Valor atualizado</i>
1978-2001	Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)	2 697 235
1966	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	2 552 632
1990-2001	Geledés – Instituto da Mulher Negra	2 175 271
1992-2001	Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea)	1 646 933
1980-1991	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1 535 935
1987-1998	Universidade de São Paulo	1 344 691
1980-1985	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)	1 342 834

<i>Período</i>	<i>Donatário</i>	<i>Valor atualizado</i>
1980-1985	Projeto Administrado pela Fundação (FAP)	1 137 338
1982-1989	Centro de Cultura Luiz Freire (CCFL)	1 058 981
1981-1985	Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro	1 051 919
1998-2001	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (Ceert)	986 582
1982-1997	Fundação Carlos Chagas	922 366
1981-1988	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos	712 326
1996-1999	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap)	655 538
1982-1991	Comissão Pró-Índio de São Paulo	617 532
1994-1998	Themis – Estudos de Gênero e Assessoria Jurídica	598 980
1987-1999	Fundação Universitária José Bonifácio	585 379
1992-1996	Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho	558 745
1981-1991	Sindicato das Empregadas Domésticas	543 809
1991-1999	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia)	541 483
1995-2001	Núcleo de Estudos do Negro (NEN)	458 065
1996-2001	Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR)	442 973
1991-1997	Universidade Federal da Bahia	405 945
2000	Instituto Nacional de Estudos do Negro – Zumbi dos Palmares	403 689
1994-1997	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp)	385 423

<i>Período</i>	<i>Donatário</i>	<i>Valor atualizado</i>
1994-2001	Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras	332 011
1988	Associação Cultural de Estudos Contemporâneos	327 066
1998-2001	Instituto Interamericano de Direitos Humanos	326 558
1984-1987	Mulherio – Centro de Comunicações	309 883
1988-1992	Instituto de Assistência Jurídica Popular	281 065
1988-2001	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos	268 866
1994-2000	Rede Regional do Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero	264 951
1987-1997	SOS – Corpo, Gênero e Cidadania	258 370
1983	Associação Brasileira de Reforma Agrária	244 024
1986-1990	Núcleo de Direitos dos Índios	237 787
1984-1995	SOS Mulher – Centro de Informação da Mulher	236 734
1991-1999	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Social	229 348
1990-1992	Associação Cultural de Estudos Contemporâneos	217 613
1999	Ação Educativa – Consultoria, Pesquisa e Informação	215 385
1995-1998	Coletivo Feminista – Sexualidade e Saúde	194 789
1989-1995	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)	185 003
1990	Centro de Apoio a Atividades Informais	156 863
1996-2001	Instituto de Avanço da Igualdade	155 346
1998-2001	Sociedade Afro-sergipana de Estudos da Cidadania (Saci)	149 701

<i>Período</i>	<i>Donatário</i>	<i>Valor atualizado</i>
2000-2001	Centro de Justiça Global	142 459
1994-1998	Universidade Federal de Santa Catarina	138 390
1997-2001	Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Ceji)	137 270
1987-1994	Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser)	135 165
1986-1996	Associação Brasileira de Antropologia (ABA)	121 342
1998-2001	Centro de Criação de Imagens Populares (Cecip)	115 930
2000	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	111 039
1999	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional	102 564
2000	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	102 459

Fonte: Fundação Ford.

No campo da discriminação, vários grupos foram criados ou consolidados. Alguns mais voltados para a identificação e caracterização da discriminação racial no Brasil. Outros com o propósito de combater o racismo nos mais distintos espaços da vida social, seja no trabalho, na escola, no lazer, nas áreas de produção cultural seja no âmbito das atividades de controle social. Destacam-se o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) com projetos sobre a discriminação mediante a produção de documentários e imagens; a Fundação José Bonifácio (UFRJ) com seus projetos de pesquisa sobre ação afirmativa; a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) com projetos para a documentação de terras de afrodescendentes; o Instituto Nacional de Estudos do Negro – Zumbi dos Palmares, que elaborou relatórios preparatórios para a Cúpula Mundial contra o Racismo (Durban, 2000) e o Centro de Criação de Imagens Populares (Cecip), uma rede que procura intervir na produção de imagens e valores relativos à identidade negra no País, bem como atuar no terreno da assistência jurídica.

Uma vez mais, é digno de nota o peso dado às questões de discriminação de gênero durante todo o período analisado. O apoio que a Fundação veio conferindo ao Geledés – Instituto da Mulher Negra, com sede em São Paulo, é, sem dúvi-

da, um dos mais flagrantes exemplos dessas tendências, até porque o Geledés enfrenta duas ordens de luta: a discriminação de gênero e de raça. Todavia, não é apenas esse grupo que se destaca. A Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford, aprimorou uma de suas mais importantes iniciativas: o concurso Fundação Ford–Fundação Carlos Chagas de dotação de pesquisa e estudos sobre as mulheres, experiência que se solidificou ao longo dos anos e vem produzindo resultados por todo o País. A natureza altamente competitiva desse certame revela sua importância. Mais reveladora ainda é o fato de ter a Fundação deixado de financiar concurso de teses e dissertações patrocinado pela Anpocs. Convém destacar ainda importantes aportes conferidos ao Sindicato das Empregadas Domésticas e à ONG Cidadania, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), com sede no Rio de Janeiro. Esta última, a exemplo de outras, constitui-se de um grupo que produz conhecimento que possa influenciar a discussão pública e a formulação de políticas públicas. Seus estudos sobre leis de proteção das mulheres, de uma perspectiva comparativa, influenciaram programas como as delegacias da mulher e a luta contra a discriminação nos processos criminais em que a mulher é vítima ou o principal protagonista. Destaque-se ainda o apoio conferido ao Themis – Estudos de Gênero e Assessoria Jurídica, do Rio Grande do Sul, na consolidação de um programa inovador de treinamento das mulheres de baixa renda para transformá-las em agentes de direito, que conquistou inúmeros prêmios, entre os quais o Prêmio de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo de 2000. Igualmente notável é o apoio conferido ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), voltado para o treinamento de mulheres de baixa renda do Rio de Janeiro e para o fortalecimento dos Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher, e o apoio concedido ao Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (Cladem), para a realização de encontros regionais e internacionais, bem como a produção de documentação especializada sobre violência. Deve-se destacar ainda o Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), com seu treinamento de lideranças feministas para lidar com questões de gênero.

Os problemas de violência na sociedade, de graves violações dos direitos humanos e da promoção de direitos civis e sociais estiveram, em geral, sob o encargo de grupos situados nas universidades e nos centros de pesquisa. Insere-se nesse contexto o apoio dado pela Fundação na criação do Núcleo de Estudos da Violência da USP, que, alguns anos mais tarde, se tornaria uma referência nacional na pesquisa e inovação na promoção de direitos humanos, particularmente no que diz respeito ao papel das instituições estaduais no controle democrático da violência. Com o mesmo objetivo, foi dado apoio ao Iser, que passou a representar função similar no Rio de Janeiro. Na esteira desses grupos, acabaram sendo criados, na década seguinte, outros com perfil mais ou menos próximo. A Fundação começou a dar apoio a nú-

cleos no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal do Ceará. Destaca-se em especial a criação, em Minas Gerais, do Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, numa parceria entre a Universidade Federal e a Fundação João Pinheiro. Do mesmo modo, cabe menção o apoio a estudos sobre a profissionalização das atividades de policial, de promotores públicos e de juízes, empreendidos pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Foram concedidas doações também a ONGs como Justiça Global (RJ) e ao Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop-PE). Têm início também os primeiros investimentos no recém-criado Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), para estudos sobre polícia comunitária. Ao mesmo tempo, a Fundação começou a financiar um extenso estudo do Judiciário, coordenado pelo Idesp, com vistas ao debate sobre a reforma da justiça. Esse estudo não se deteve no âmbito da justiça criminal. É bem mais extenso, pois alcança a justiça civil em todas as suas esferas e instâncias. Investiga não só problemas de ordem estrutural e organizacional, mas também as possibilidades de reforma no contexto das mudanças que se vinham anunciando ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na mesma direção, foram carreados investimentos para a Fundação Getúlio Vargas com o propósito de avaliar programas de acesso à justiça das populações de baixa renda no estado do Rio de Janeiro. Ademais, deveríamos acrescentar importantes aportes distribuídos à Sociedade Brasileira de Instrução, da Universidade Cândido Mendes, para estudo dos mecanismos de monitoramento das atividades policiais em cinco estados brasileiros.

A Fundação apoiou ainda a formação dos Núcleos de Estudos Indígenas, voltados para a capacitação de lideranças indígenas na área dos direitos e a preparação de casos para apresentação aos tribunais. Acolheu um grande esforço do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de identificação das áreas indígenas, esforço que, anos após, iria reverter na demarcação das terras indígenas.

Resultados e Impacto

Não é fácil falar dos resultados e do impacto dos projetos que mereceram apoio da Fundação Ford na área de direitos humanos. No conjunto, os documentos consultados pouco dizem a respeito. Na melhor das hipóteses, as avaliações de resultados, não raro realizadas por consultores externos, limitaram-se a verificar se os objetivos foram cumpridos e se, em linhas gerais, os investimentos produziram os resultados esperados. No entanto, a despeito das tentativas recentes da Fundação de introduzir diretrizes nesse sentido, não há uma sistemática de avaliação ou uma